

## **SOCIEDADES AÇUCAREIRAS NO MUNDO IBÉRICO . ESTUDO COMPARATIVO**

Vera Lucia Amaral

Ferlini

### **1. APRESENTAÇÃO**

As culturas açucareiras constituem problemáticas relevantes na América. Desde a época colonial, a produção de açúcar vinculou-se ao capitalismo comercial, criando um sistema produtivo fundado na escravidão e na triangulação de rotas comerciais que ligavam África, Europa e o continente americano.

Apesar dos componentes em comum, a cultura do açúcar adotou formas distintas em cada uma das regiões onde foi estabelecida: No nordeste brasileiro e mais tarde no sudeste, predominou a grande plantação escravista que marcou a sociedade e a economia da região, enquanto que, em outras áreas, os engenhos acabaram por orientar-se ao mercado interno, produzindo açúcar e aguardente para o sustento local.

Dessa forma, as diferentes dinâmicas produtivas geraram fisionomias diversas em regiões açucareiras distintas, segundo a magnitude de suas configurações agrárias, as escalas produtivas e a orientação de sua produção. Tais modelos açucareiros, sustentados pela escravidão, projetaram-se nos séculos XIX e XX.

A interpretação do passado colonial brasileiro tomou fôlego com os impasses da modernização, ao início do século XX, frente à industrialização do sudeste, ao avanço urbano, ao domínio coronelístico e à política oligárquica. Essas questões levaram a reflexões sobre o Brasil, que culminaram, nos anos 30, em verdadeira redescoberta, traçando elementos gerais de nossa formação. Os impasses de uma população ainda pouco afeita ao jogo político e à cidadania e a marginalização de largos setores da sociedade indicaram, para esses intérpretes, o peso do escravismo, da grande exploração e do domínio da produção para a exportação. Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., Sérgio Buarque e Roberto Simonsen apontaram, no passado colonial

e, principalmente, em sua matriz açucareira, as origens dos entraves políticos e econômicos.<sup>1</sup>

Tomando o momento da colonização, esses autores indicavam o peso das estruturas coloniais e seus elementos de continuidade, ressaltando o papel da produção açucareira na formação de uma verdadeira civilização do açúcar. O modelo apontado por Freyre, em *Casa Grande & Senzala*, tornou-se, de certa forma, o paradigma para pensarmos a sociedade escravista, que, disseminada em diversas áreas e em diferentes produções, estendeu-se até o final do século XIX.<sup>2</sup>

O escravismo, na América, estabeleceu elementos de similaridade econômica, social e política, mas o avanço das pesquisas, nas últimas décadas tem apontado nuances e mesmo diferenças de época e de região. A confortável idéia da continuidade essencial do escravismo e da grande propriedade exportadora, reproduzindo padrões coloniais, tende a esconder as contradições de mudanças, que marcaram a trajetória da nação emergente no amplo processo capitalista industrial dos oitocentos.

As transformações que conduziram a produção colonial, desde a segunda metade do século XVIII, a um novo diálogo com o mercado internacional e tornaram possível o fortalecimento das elites agrárias da América Portuguesa e de seu comércio, estiveram na raiz do processo de emancipação e encaminharam a constituição do Brasil Independente.

A inserção da grande lavoura nesse mercado exigiu a permanência do trabalho escravo e a consolidação da grande propriedade. Se, de um lado, mantinha-se a vinculação externa, que incrementava, mas subordinava o mercado interno, por outro, a estrutura fundiária, as relações sociais de produção e o próprio escravismo tomavam um novo sentido.

No caso do açúcar, a matriz freyriana foi, sem dúvida, referência fundamental. Neste trabalho, com base em pesquisas, orientações acadêmicas e interlocuções com especialistas de várias partes do Brasil e do mundo, discutir-se-ão as diferentes civilizações do açúcar. Ou seja, para além das semelhanças, buscar-se-á rastrear

---

<sup>1</sup> Caio Prado Júnior. *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942). 13ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1973; Gilberto Freyre. *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 20ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1980; Roberto C. Simonsen. *História Econômica do Brasil (1500/1820)*. 6ª Ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1969. Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes do Brasil*. 4ª Ed. Brasília: Editora da Universidade de Brasília. 1963.

<sup>2</sup> Veja-se Bernardo Ricupero. *Sete lições sobre as interpretações do Brasil*. São Paulo: Alameda Casa Editorial. 2007. Bernardo Ricupero. "Tempos de Gilberto Freyre". In: Sergio Cohn (org.). *Encontros: Gilberto Freyre*. Rio de Janeiro: Editora Azougue. 2010, pp. 8-11; Élide Rugai Bastos. *As criaturas de Prometeu: Gilberto Freyre e a formação da sociedade brasileira*. São Paulo: Global. 2006.

diferenças importantes, ligadas a épocas, áreas e níveis tecnológicos distintos, que fundamentaram arranjos sociais, configurações econômicas, soluções produtivas e formas políticas específicas.

## 2. DISCUSSÃO

Este projeto objetiva ampliar discussões e pesquisas desenvolvidas por mim e por meus orientandos, nos últimos 30 anos. A idéia de civilização do açúcar, por mim apresentada em 1984<sup>3</sup>, teve por base a dissertação de mestrado, defendida em 1980, **O Engenho Sergipe do Conde- Contar, Constatar e Questionar**<sup>4</sup>. Nesse trabalho, a partir da análise da contabilidade do Engenho, para o período 1622-1653, discuti a consolidação da estrutura produtiva e social da área açucareira, no limiar da crise geral do século XVII. A Civilização do Açúcar, obra de divulgação, partia da realidade dos engenhos nordestinos, desenvolvidos a partir da segunda metade do século XVI e que consolidaram específica estrutura social, econômica e política. Essa abordagem foi o foco, também, de **Terra, Trabalho e Poder. O mundo dos engenhos no nordeste colonial**<sup>5</sup>, doutorado defendido em 1986 e publicado em 1988 (2ª. Ed. 2003). Nesse trabalho, destaquei o caráter específico da produção açucareira colonial nordestina na configuração da sua economia e de sua estrutura social e fundiária. Meus estudos posteriores, que trataram da produção açucareira das capitanias do sul, com especial ênfase para o caso de São Paulo, a partir do ultimo quartel do XVIII, apontaram novas situações, indicativas de importantes diferenças em relação ao “modelo nordestino”: origem e inserção social dos proprietários, organização social do trabalho nos engenhos, relação lavoura/ fabricação do açúcar, etc<sup>6</sup>. Esse enfoque orientou minha pesquisa no período 2006-2009, junto ao CNPq, Uma Capitania dos Novos Tempos.<sup>7</sup>

A partir de 1988, em Congressos, em bancas julgadoras de Pós – Graduação, em orientações de Iniciação Científica, de Mestrado, Doutorado e de Pós – Doutorado<sup>8</sup>, pude ampliar minhas reflexões sobre a História do Açúcar, destacando, na

<sup>3</sup> Vera Lucia Amaral Ferlini . **A Civilização do Açúcar**. São Paulo: Brasiliense, 1984 ( mais 11 edições)

<sup>4</sup> Vera Lucia Amaral Ferlini. O Engenho Sergipe do Conde : Contar, Constatar e Questionar ( Bahia 1622/1653), São Paulo: FFLCH/USP, 1980, Dissertação de Mestrado, sob orientação do Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda.

<sup>5</sup> Vera Lucia Amaral Ferlini – Terra Trabalho e Poder. O Mundo dos Engenhos no Nordeste Colonial. São Paulo: FFLCH/USP, 1986, Tese de Doutorado, sob orientação do Prof. Dr. José Jobson de Andrade Arruda. **Terra Trabalho e Poder**. São Paulo: Brasiliense, 1988 ( 2ª. Ed. Bauru: EDUSC, 2003.

<sup>6</sup> Vera Lucia Amaral Ferlini . **Açúcar e Colonização**. São Paulo: Alameda, 2010.

<sup>7</sup> Vera Lucia Amaral Ferlini. Uma Capitania dos novos tempos: economia, sociedade e política na São Paulo Restaurada. *Anais do Museu Paulista* (Impresso), v. 17, p. 237, 2009.

<sup>8</sup> **MESTRADO** - PABLO OLLER MONT SERRATH. Dilemas & Conflitos na São Paulo restaurada: formação e consolidação da agricultura exportadora (1765-1802). 2007. Dissertação (Mestrado em História Econômica); SILVIA RICARDO. "As Redes de Comércio no século XVI: João Nunes Correa". 2006. Dissertação (Mestrado em História

continuidade dessa produção, profundas diferenças em função de áreas, épocas, inserção no mercado. Diferenças que justificam pensar em Civilizações do Açúcar, desde sua produção no Mediterrâneo, passando pelas Ilhas Atlânticas, disseminando-se pela América.<sup>9</sup>

Exemplificando com o caso americano, vejamos, mesmo no Brasil, a diferença estrutural entre a produção vicentina, na Baixada, de Engenhos tipo fortaleza, como o caso do São Jorge dos Erasmos e outros e a produção nordestina<sup>10</sup>. Esse primeiro momento da produção açucareira (até cerca de 1620) revela a função de meio da colonização, ou seja, de como o açúcar fundamentava a instalação de população, para a efetiva ocupação e defesa da terra conquistada. No geral, seus proprietários eram absenteístas e o engenho seguia administrado por feitores.

No caso do Nordeste, também os primeiros engenhos tiveram essa configuração e, a partir do último quartel do XVI, ocorreu o gradativo aumento da produção, com a participação de cabedais de grupos comerciais. Silvia Carvalho Ricardo analisou como as atividades mercantis inerentes ao açúcar provocaram a

---

Econômica); LUCAS JANNONI SOARES. A presença dos homens livres pobres na sociedade colonial na América portuguesa - São Paulo (1765-1775). 2005. Dissertação (Mestrado em História Econômica); JOSÉ EVANDO DE MELO. O ENGENHO CENTRAL DE LORENA. 2004. Dissertação (Mestrado em História Econômica) **DOCTORADO** - LUCAS JANNONI SOARES. A invenção da colônia: a produção do passado na historiografia brasileira (1838 - 1942). 2012. Tese (Doutorado em História Econômica); RODRIGO MONTEFERRANTE RICUPERO. HONRAS E MERCÊS. 2006. Tese (Doutorado em História Econômica) ; JOSÉ EVANDO DE MELO. Açúcar no café: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910). 2006; REGINA CÉLIA GONÇALVES. Guerras e açúcares. 2004. Tese (Doutorado em História Econômica); AVANETE PEREIRA SOUZA. Poder local, cidade e atividades econômicas - Bahia século XVIII. 2003. Tese (Doutorado em História Econômica); LÉLIO LUIZ DE OLIVEIRA. AO LADO DO CAFÉ - A ECONOMIA MERCANTIL DE ABASTECIMENTO EM FRANCA 1890-1920. 2003. Tese (Doutorado em História Econômica); MARIA JOSÉ RAPASSI MASCARENHAS. Fortunas coloniais - elite e riqueza em Salvador. 1999. Tese (Doutorado em História Econômica); ZOIA VILAR CAMPOS. Doce Amargo: Produtores de Acucar No Processo de Mudança - Pernambuco ( 1874-1941). 1996. Tese (Doutorado em História Econômica) - **SUPERVISÃO DE PÓS-DOCTORADO** - MÁRCIA MARIA MENENDES MOTTA. 2011, ANA LUIZA MARQUES BASTOS; 2010. GUSTAVO ACIOLI LOPES. 2009, RODRIGO RICUPERO. 2008 - **INICIAÇÃO CIENTÍFICA** NATALIA TAMMONE, BRUNO VILAGRA, MANUELA PENTEADO BALESTRA - Banco de dados sobre as relações comerciais luso-brasileiras (1763-1831). 2009. Iniciação Científica; LORENA LEITE. Aspectos do Governo de Lobo Saldanha (1775-1782): Administração ilustrada, Diversificação da Agricultura e Reformulação Fundiária.. 2008. Iniciação Científica; FERNANDO ROCHA VESCIO GASPARETTO. Povoar de Açúcares (1530-1587). 2008. Iniciação Científica. (Graduando em História); JOANA SALEM DE VASCONCELOS. Aspectos do Governo de Morgado de Mateus (1765-1775): Administração Ilustrada, Diversificação da Agricultura e Reformulação Fundiária. 2007. Iniciação Científica; JOAQUIM XAVIER JUNIOR. Características progressistas e arcaicas na administração da Capitania de São Paulo-1765-1812. 2006; CARLOS IGNÁCIO PINTO E KATIANE VERAZANI . Cadastro das Sesmarias da Capitania de São Paulo. 2004. Iniciação Científica. (Graduando em História); PABLO OLLER MONT SERRATH. O Governo Castro e Mendonça. São Paulo, século XVIII. 2004. Iniciação Científica.

<sup>9</sup> Antonio Morreale. Lo zuccherificio e l'impatto sull'ambiente in Sicilia tra XV e XVII secolo, Madeira, 1999. Antonio Morreale. Famiglie feudali nell'età moderna. I Valguarnera, Palermo, 1995(sul trappeto di Ficcarazzi negli anni '30 de '600).Antonio Morreale. Lavite e il leone. Storia della Bagaria (secc. XII-XIX), Palermo, 1998, pp.56-64, 113-119.Antonio Morreale. L'industria dello zucchero in Sicilia fra Quattrocento e Seicento: problemi e stime, in Ligresti D.(a cura di) Giardini. Dalla formazione del borgo ai primi decenni del Comune autonomo, Milano, 1998.Adela Fábregas García. Producción y comercio de azúcar en el mundo mediterráneo medieval. El ejemplo del reino de Granada. Granada, 1999, cap.V (tesis doctoral inédita).Antonio Malpica Cuello. "Medio Físico y Territorio: el ejemplo de la caña de azúcar a finales de la Edad Media", en V S.I.C.A., Paisajes del azúcar. Granada, 1995, pp11-40, espec. Pp. 32 y ss

<sup>10</sup> José Jobson de Andrade Arruda – História Geral de São Paulo ( Sécs. XVI e XVII) São Paulo, Imprensa Oficial, 2012; Nestor Goulart Reis - Os engenhos da Baixada Santista e os do litoral norte de São Paulo *Revista USP*, São Paulo, n.41, p. 62-73, março/maio; Maria Cecília França Lourenço . Ruínas Engenho São Jorge dos Erasmos. *Revista de Cultura e Extensão da USP* São Paulo, n.0, p. 62-73, 2005.

difusão geográfica das praças de negócio e das fontes fornecedoras de mercadorias, situadas na Ásia, África e América. A complexidade dos novos negócios exigiu a reorganização do trato e das finanças e impôs novas relações entre mercadores e as Coroas portuguesa e espanhola. Nesse contexto, famílias de comerciantes cristãos-novos destacaram-se no trato transcontinental e nas finanças intra e extra-países europeus, organizando-se em redes mundiais de comércio. A expansão comercial atraiu população para locais economicamente dinâmicos, como o Nordeste açucareiro na segunda metade do século XVI. Formaram-se redes comerciais ligadas ao açúcar, integradas e interconectadas a redes mais complexas, presentes nos mais diferentes e relevantes segmentos do comércio mundial. João Nunes Correia era destacado membro de uma ampla rede de comércio da atividade açucareira, com atuação no financiamento da produção e da organização da empresa sacarina em terras brasileiras e sua inserção no trato mundial.<sup>11</sup>

O açúcar, rapidamente passava de meio de ocupação, para fim da colonização. É preciso ressaltar, porém, que o primeiro esforço de assentamento de populações, tendo o açúcar como elemento de atração e recompensa, deitou raízes na configuração da sociedade da região nordestina. A associação entre essa elite inicial, que aliou a produção ao exercício de atividades administrativas, e comerciantes implicou em formulações políticas, econômicas e sociais *sui generis*, marcada pela fixação dos proprietários, com amplas concessões de terras e acesso à escravização dos indígenas, como estudado por Rodrigo Ricúpero<sup>12</sup>.

Uma especificidade, herdada da primeira fase açucareira, foi a divisão entre senhores de engenho e lavradores de cana. A figura do lavrador de cana, dedicado ao cultivo da planta e fornecedor do engenho, ocorreu apenas no Brasil e esteve ligada à necessidade de fixar populações capazes de manter e defender o território<sup>13</sup>.

Os grandes lucros da produção açucareira atraíram o interesse de outras potências, tanto na conquista de áreas de colonização portuguesa, como na constituição de suas próprias colônias açucareiras no Caribe. Essa ocupação, diretamente vinculada a interesses comerciais, marcada pelo absenteísmo dos proprietários, pela unidade entre lavoura e fabrico do açúcar e pelo uso da mão de obra escrava africana, gerou outra formulação econômica, social e política<sup>14</sup>.

<sup>11</sup> Sílvia Carvalho Ricardo - *As redes mercantis no final do século XVI e a figura do mercador João Nunes Correia*. São Paulo, FFLCH/USP, 2007, Dissertação de Mestrado.

<sup>12</sup> Rodrigo Ricúpero. *A formação da elite colonial*. São Paulo: Alameda, 2009.

<sup>13</sup> Veja-se Vera Lucia Amaral Ferlini. *Terra, Trabalho e poder*. Op.cit.

<sup>14</sup> Genaro Rodríguez, Morel. *Esclavitud y vida rural em las plantaciones azucareras de Santo Domingo. Siglo XVI*, Anuario de Estudios Americanos. Tomo XLIX. Sevilla,. 1992, pp. 89-117. pág. 103; W. Knight. *Slave Society in Cuba*

Ainda no caso do Caribe, a produção açucareira de Cuba guarda diferenças fundamentais em relação aos casos acima elencados. Fruto de decisão da elite crioula, o incremento da produção ganhou fôlego pelo apoio da Real Companhia de Comércio de Havana e pelas condições de acesso ao fornecimento de escravos, propiciadas durante a Guerra dos Sete Anos. O resultado, segundo Moreno Fraginals, foi a consolidação de uma sacarocracia, com fortes elementos de consciência burguesa, firmada contra a antiga elite fidalga espanhola.<sup>15</sup> O crescimento açucareiro cubano não teve sua origem na metrópole e efetuou-se apesar dela.<sup>16</sup> Mas não era um burguês pleno: de um lado tinha um pé no futuro burguês, mas dependia do escravismo<sup>17</sup>.

No Brasil, nesse período, a necessidade de ocupar as regiões meridionais levou, nas últimas décadas do século XVIII, ao incremento da produção açucareira em São Paulo<sup>18</sup>. Cooptando recursos acumulados no comércio das regiões auríferas, a produção beneficiou-se da conjuntura positiva do período, ocupando áreas do planalto, no chamado quadrilátero do açúcar.

Justamente as Minas, no caso do Sul, estimularam a cultura canvieira. Com o incentivo da mineração, desde o início do século XVIII o porto carioca desempenhava papel fundamental no tráfico negreiro, constituindo-se em principal polo de importação e redistribuição de escravos para o sudeste. Entre 1723 e 1771, do maior porto negreiro africano ao sul do Equador, Luanda, foram exportados para o Brasil 203.904 cativos. dos quais 51% para o porto do Rio de Janeiro.<sup>19</sup>

Em São Paulo, o avanço da lavoura canvieira configurou áreas exportadoras no litoral e “serra acima”. No litoral, destacavam-se Ubatuba, São Sebastião e Ilha Bela, com engenhocas produtoras, principalmente, de aguardente. Essas unidades, cerca de 70 em 1801, eram subsidiárias do Rio de Janeiro, para onde vendiam sua produção<sup>20</sup>

---

*during the nineteenth century*. Madison: University of Wisconsin Press, 1970; Oscar Zanetti Lecuona e Alejandro Gracia Alvarez. *Caminos para el azúcar*. Havana: Editorial de Ciencias Sociales, 19

<sup>15</sup> Manuel Moreno Fraginals, *O Engenho*, trad. port., São Paulo, UNESP/HUCITEC, 1988; Oscar Zanetti Lecuona. *Economía azucarera cubana: estudios históricos*. Habana: Editorial de Ciências Sociales. 2009; Antonio Santamaría García e Alejandro García Álvarez. *Economía y Colonia: La Economía Cubana y la Relación con España, 1765-1902*. Madrid: CSIC. 2004.

<sup>16</sup> Idem, *Ibidem*, p. 83

<sup>17</sup> Idem, *Ibidem*, p. 159

<sup>18</sup> Veja-se Pablo Oller Mont Serrath. *Dilemas e Conflitos na São Paulo Restaurada. ( 1765-1808)* São Paulo: FFLCH/USP, 2007. Dissertação de Mestrado.

<sup>19</sup> Cf. Maurício Goulart. *A Escravidão Africana no Brasil*. São Paulo: Alfa- Ômega, 1975. Herbert Klein. *The Middle Passage*. New Jersey: Princeton University Press, 1978; Phillip Curtin. *The Atlantic Slave Trade: a Census*. Madison: Wisconsin University Press, 1969. Vejam-se também os dados de Manolo Garcia Florentino. *Notas Sobre os Negócios Nегreiros o Porto do Rio de Janeiro ( 1790-1830)*. Niterói: UFF, 1988.

<sup>20</sup> Os governadores da Capitania de São Paulo procuraram evitar esse comércio com o Rio de Janeiro. Em 1789, Bernardo José Lorena determinou que toda a exportação da capitania se fizesse pelo porto de Santos. A medida prejudicou a produção dos engenhos do litoral Norte. Em 1797, dos 25 engenhos contados em 1788 em São Sebastião, apenas seis estavam moendo e dos 14 de Ubatuba, restavam apenas cinco. Em 1798, Castro e Mendonça revogou a proibição e a produção voltou a crescer. Mas, em 1803, Franca e Horta proibiu a exportação de aguardente

Na área de Santos, conforme Mello Castro e Mendonça, havia, no final do século XVIII, 18 engenhos que produziam cerca de 60 pipas de aguardente.<sup>21</sup> Um relato de 1805 faz referências a plantações de cana em Itanhaém, Iguape e Xiririca.<sup>22</sup> Alguma produção de aguardente era assinalada, na mesma época, em Paranaguá. No planalto, a lavoura açucareira ocupou duas regiões, a do Vale do Paraíba, ao longo do caminho para o Rio de Janeiro e o chamado quadrilátero do açúcar, formado por Sorocaba, Piracicaba, Mogi Guaçu e Jundiá. Outras áreas possuíam plantações de cana e engenhocas, mas sem produção significativa.

No Vale do Paraíba, a configuração da produção era semelhante à do litoral e vinculada ao Rio de Janeiro. Em 1798, contavam-se, em Guaratinguetá, 65 engenhos produzindo 7 038 arrobas de açúcar; em 1799 já eram 83 engenhos, com produção de 9.091 arrobas. Em Lorena, em 1798, 29 engenhos produziam 2.042 arrobas e, em 1798, eram 31 unidades, com 2.962 arrobas. O mesmo relatório apontava, em 1799, dois engenhos em Mogi das Cruzes, 56 em Jacareí, um em São Luís do Paraitinga, 7 em Cunha, 14 em Taubaté e 14 em Pindamonhangaba.<sup>23</sup>

Tanto para São Paulo como para o Rio de Janeiro, houve, com o tempo, tendência a fracionamento das propriedades maiores. Isso ocorreu quando a conjuntura favorável estimulou o aumento das lavouras e da produção. Nesses períodos, a incapacidade de moer mais cana, dentro das condições técnicas do engenho e, portanto, produzir mais açúcar, encontrou como solução a construção de mais engenhos e conseqüentemente, a subdivisão da propriedade.

Nas áreas exportadoras paulistas e nas do Rio de Janeiro, o processo usual de ocupação foi a posse e estabelecimento de fazendas de cana e engenhos, para posterior requerimento da sesmaria, muitas vezes passavam-se anos e mesmo gerações sem que o título legal fosse requerido, o que contribuía para a proliferação de conflitos e mesmo para usurpações violentas.

Para São Paulo, Thereza Petrone considera bastante rara a existência de lavradores de cana sem engenho. Todavia, a constatação de engenhos detentores de pequenas áreas, mas comparativamente com produção significativa, pode indicar a existência de terras ocupadas por pequenos produtores a moer cana em engenho alheio.

---

e açúcar pelo Rio de Janeiro, atingindo duramente a produção açucareira da área litorânea. Cf. Maria Thereza S. Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*, Op.cit., pp21-35.

<sup>21</sup> Antonio Manuel de Mello Castro e Mendonça. "Memória Econômica - Política da Capitania de São Paulo." *Anais do Museu Paulista*. São Paulo: 15, 1923.

<sup>22</sup> Martim Francisco Ribeiro de Andrada. "Diário de uma Viagem Mineralógica pela Província de São Paulo, no ano de 1805." *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo: 18, 1954.

<sup>23</sup> Cf. Maria Thereza S. Petrone. *A Lavoura Canavieira em São Paulo*. Op.cit., pp38 - 41.

No Rio de Janeiro, tanto na Baixada como na região de Campos, a existência de lavradores de partido é mais freqüente. Pizarro e Araújo descreve o caso de um proprietário que dividiu a fazenda, por considerar que o arrendamento em porções limitadas seria de maior proveito para seu engenho. Observa ainda que em Campos, o arrendamento era freqüente.<sup>24</sup>

Cecília Helena de Salles Oliveira, estudando a configuração sócio – econômica da Capitania do Rio de Janeiro, constatou a existência de engenhos que, com numero proporcionalmente pequeno de escravos, produziam quantidades consideráveis de açúcar e observa serem unidades cujo fornecimento de cana era provido por foreiros.<sup>25</sup>

Sheila Faria, analisando o sistema de aluguel de terras na Capitania de Paraíba do Sul, relata, no ano de 1785, 100 proprietários que arrendavam terras, indicando a extrema monopolização da área.<sup>26</sup> Como tendência, com o passar do tempo, as fazendas de cana foram obtidas por compra, nas áreas mais antigas, enquanto nas fronteiras recentemente abertas predominavam as propriedades obtidas por posse ou sesmaria.<sup>27</sup>

A transformação da economia não se deu rapidamente e nem por meio de grandes investimentos iniciais.<sup>28</sup> A participação de capitais privados, inclusive de pequenos roceiros, foi fundamental para o sucesso da empreitada<sup>29</sup>.

Para alcançar as vantagens a serem auferidas na capitania de São Paulo, os governadores deveriam enfrentar, entre outras dificuldades, a intensa dispersão de sua população, a criação de infraestrutura básica, - manter os caminhos em estado de uso, manter as comunicações entre as partes da capitania em funcionamento, etc. – além de realizar a criação de uma administração efetivamente centralizada, capaz de

---

<sup>24</sup> José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo. *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945. Sheila Siqueira de Castro Faria. *A Colônia em Movimento*. Niterói: UFF, 1993, (tese de doutorado), constatou grande número de arrendamentos e de lavradores de cana na Capitania de Paraíba do Sul. Analisando o inventário de Manoel Sobreira, em final do século XVIII, observa que o "inventariado não se obrigava a nenhum engenho, já que moía suas canas em três engenhos diferentes. Era um produtor de cana livre como presumo que tenha sido a grande maioria dos fornecedores da região, durante o século XVIII." Evidente que seja o fato, surge uma questão: por que moer em lugares diferentes? A conclusão mais provável é que sendo a maioria dos engenhos da área de pequeno porte não poderiam fazer todo o trabalho de um produtor de cana como Manoel e certamente eles teriam também suas canas para moer."

<sup>25</sup> Cecília Helena Salles Oliveira. *A Astúcia Liberal*. Op.cit., p.70.

<sup>26</sup> Idem, Ibidem.

<sup>27</sup> A observação de Theresa Petrone é também constatada na área de Campos de Goitacases, como mostra a citada obra de Sheila Faria.

<sup>28</sup> Em 1772 escrevia o Morgado de Mateus ao Marquês de Pombal: "Para remediar esta falta [de abundantes riquezas], pus em execução as Reais Ordens que V. Ex.<sup>a</sup> me expediu em dias de julho de 1766 promovendo com toda a eficácia a lavoura dos algodões, e dos trigos, ouro dos arados e a cultura de outros gêneros que a fertilidade destas terras me prometia, procurei a extensão do comércio que se acha livre para S. Majestade convocando os homens de negócio para entrarem nele Carta, "Para o mesmo senhor", DI vol. 69, 26 de fevereiro de 1772, pp. 122 - 124.

<sup>29</sup> Cf. Maria Luiza Marcilio, *Crescimento demográfico e evolução agrária paulista*, p. 82-83. Além disso o papel dos pobres livres na agricultura de subsistência, na figura de pequenos roceiros, é delineada por Stuart Schwarz em seu ensaio *Roceiros e escravidão: alimentando o Brasil nos fins do período colonial*, in: *Escravos, Roceiros e Rebeldes*

implementar as demandas metropolitanas ao longo de todo o território da capitania<sup>30</sup>. As dificuldades para realização desses objetivos não seriam poucos, pois os paulistas – “os flagelos dos castelhanos” – demonstravam-se avessos a toda intervenção que lhes parecesse tolher a sua liberdade de ação. Na questão da dispersão populacional<sup>31</sup>, um dos meios utilizados para fixar a população foi a criação de novas vilas.<sup>32</sup>

O período que se inicia em 1765 é um momento emblemático da mudança de rumo que marcou a sociedade do Planalto. À época, a capitania entrou em novo ritmo, sofrendo um processo de fixação de sua população e de aumento da parte rentável de sua economia, isto é, da sua parte exportável. O açúcar, conhecido na capitania pelo menos desde meados do século XVI, quando das primeiras tentativas de implantação em S. Vicente, passou a ser produzido em escala cada vez maior, atingindo ao final do XVIII posição central na economia paulista<sup>33</sup>.

Os novos rumos administrativos e econômicos tiveram, assim, forte influência na organização social da Capitania. A base mercantil, que o abastecimento das minas fortalecera, ao longo da primeira metade do século, gerara uma nova elite de comerciantes, que os governantes buscavam integrar aos padrões produtivos de administração. A necessidade de abastecimento das tropas e a própria constituição de seus efetivos forçava a integração da população pobre livre. E a introdução dos escravos africanos sinalizava a consolidação de novas distinções sociais.

Em São Paulo, a análise da lista de Proprietários dos Bens Rústicos, em confronto com os dados dos Mapas de População, permitiu a Thereza Petrone correlacionar tamanho de fazenda e de produção, no final do século XVIII e início do XIX. Assim, a maior fazenda tinha 10.125.000 braças quadradas, mas produziu, no ano de 1818, 800 arrobas de açúcar. Já uma fazenda pequena, de 187 500 braças

---

<sup>30</sup> Heloísa Belloto, *Autoridade... op. cit.*, p. 50.

<sup>31</sup> “Entre 1705 (data da criação de Pindamonhangaba) e 1767 (quando ocorrem as fundações levadas a efeito pelo Morgado de Mateus) nenhuma vila foi fundada em território paulista. O reinado de D. João V e o de D. José em seus primeiros tempos estavam voltados exclusivamente para a zona de mineração. Deste modo, para São Paulo não havia necessidade, nem interesse, de expandir-lhe a rede urbana já existente no século XVII.” Heloísa Belloto, *op. cit.*, p. 173. Cf também Sérgio Buarque de Holanda, *Movimentos populacionais no século XVII*, RIEB, São Paulo, 1966.

<sup>32</sup> A experiência me tem mostrado a grande oposição que tem os Povos às fundações de Povoações Civis: Os pequenos porque querem viver na liberdade de todo o governo e justiça; e os maiores porque querem servir-se daqueles mesmos debaixo do nome de administrados, e te-los como verdadeiros escravos, e daqui nasce o excogitarem os meios possíveis para haver de impedirem o efeito das ditas povoações, porque em toda a parte tenho encontrado os mesmos obstáculos ainda que por diferentes meios. Ofício enviado ao Conde vice-rei, São Paulo, 07 de julho de 1767, Documentos Interessantes Vol. 23, p. 205. Administrados eram os índios aldeados submetidos ao controle e à proteção da Coroa, o que não impedia a sua utilização como serviços.

<sup>33</sup> Ver Vera Lucia Amaral Ferlini e Raquel Glezer - O açúcar em São Paulo XVI ao XIX. I SEMINÁRIO DE HISTÓRIA DO AÇÚCAR: HISTÓRIA E CULTURA MATERIAL, São Paulo, p.14-24 e Maria Thereza Schorer Petrone, *A lavoura canavieira em São Paulo*, p. 12 e ss.

produzia mais açúcar, 926 arrobas. Duas fazendas arroladas, cada uma com cerca de 1400 000 braças produziam 3 000 arrobas.<sup>34</sup>

Assim, apesar de na produção escravista de exportação ser usual a demanda por grandes extensões de terra, não se pode fazer, no caso de São Paulo, correlação direta entre tamanho da propriedade e produção de engenhos. Baseando-se apenas na frequência, Petrone considera, para as áreas de exportação, pequena propriedade canieira aquelas de até 100 000 braças, média, as com área entre 100 000 até 2000 000 braças quadradas, sendo grande propriedade, o verdadeiro latifúndio canieiro, o que ultrapassasse meia légua em quadra.<sup>35</sup>

Como discutido em *Uma Capitania dos Novos Tempos*, no caso da produção açucareira do planalto, o padrão produtivo, as técnicas e a mentalidade empresarial forjaram-se dentro de uma nova relação, de um novo padrão de colonização, como definido por José Jobson de Andrade Arruda.<sup>36</sup> Os relatos dos governadores, as preocupações das Câmaras, as crônicas de viajantes no período, apontam nova inserção dessa produção, tanto no contexto dos valores de trabalho, como da própria organização das lavouras. Gradativamente, os referenciais econômicos e sociais enquadravam-se em padrões de lucratividade e racionalidade, de um lado e de, outro, na crescente valorização do trabalho sistemático. Nesse sentido, tanto as apreciações dos governadores, em relação aos livres pobres da capitania, como a intensa adoção do escravismo nas áreas açucareiras revelam a influência desses referenciais<sup>37</sup>.

As relações entre a metrópole portuguesa e a colônia americana tomavam nova feição: o Brasil configurara-se desde o avanço da mineração em lucrativo mercado dos produtos industrializados metropolitanos e potencialmente em fornecedor de matérias-primas e alimentos, nos quadros de uma ampla transformação da economia ocidental – a época da Revolução Industrial. Longe da concepção de uma colônia decadente dos finais do século XVIII, a diversificação agrícola estimulada por Pombal faz ressurgir uma colônia revitalizada no pós-crise aurífera. A internalização dos fluxos de capital dinamizam suas atividades econômicas, descolando-as em relação às conjunturas metropolitanas<sup>38</sup>.

<sup>34</sup> Cf. Maria Thereza Schorer Petrone. *Op.cit.*, p.61.

<sup>35</sup> Idem, *Ibidem*, p. 62.

<sup>36</sup> Veja-se José Jobson de Andrade Arruda - *Decadência ou crise do Império Luso-Brasileiro: o novo padrão de colonização do século XVIII*. *Op.cit.*

<sup>37</sup> Cf. Lucas Jannoni Soares - *A presença dos homens livres pobres na sociedade colonial na América portuguesa* - São Paulo (1765-1775). 2005. Dissertação (Mestrado em História Econômica);

<sup>38</sup> Em 1772 escrevia o Morgado de Mateus ao Marquês de Pombal: "Para remediar esta falta [de abundantes riquezas], pus em execução as Reais Ordens que V. Ex.<sup>a</sup> me expediu em dias de julho de 1766 promovendo com toda a eficácia a lavoura dos algodões, e dos trigos, ouro dos arados e a cultura de outros gêneros que a fertilidade destas terras me prometia, procurei a extensão do comércio que se acha livre para S. Majestade convocando os homens de negócio para entrarem nele Carta, "Para o mesmo senhor", DI vol. 69, 26 de fevereiro de 1772, pp. 122 - 124.

A expansão açucareira das Capitanias do Sul, no século XVIII, ilustra duas vertentes de produção, com diferentes estruturas sociais e técnicas. De um lado, a grande produção exportadora de açúcar, de outro, a proliferação de engenhos dedicados à aguardente e à rapadura.

Na área da mineração, desde o início da exploração, registrou-se a presença de engenhos. Em 1706 erguia-se a primeira moenda, às margens do Rio das Velhas. Em 1739 na carta de sesmaria que, em 1739 se passou em favor de José da Silva Guimarães, do Arraial do Tijuco, há a referência sobre sua fazenda com seus engenhos, um de açúcar, outro de pilões e outro de mandioca. Os levantamentos de Miguel Costa Filho, a partir de cartas de sesmarias, aponta cerca de cinquenta engenhos nas Minas, até 1750.<sup>39</sup>

Apesar das proibições, a cana de açúcar cresceu em Minas Gerais desde o início da ocupação. No século XIX, seu cultivo estava espalhado e a produção provincial de açúcar, rapadura e cachaça parece ter sido muito grande. Viajantes e observadores notaram que os canaviais, engenhos e alambiques eram componentes usuais dos estabelecimentos rurais na maior parte da província. Com base na diferenciação entre a grande unidade exportadora e a produção de rapadura e aguardente e cana, destinada a consumo local, em 2007, Marcelo de Magalhães Godoy apontou a existência, no Brasil, de uma outra civilização do açúcar<sup>40</sup>. Em Minas não havia um setor açucareiro e os engenhos, de acordo com os viajantes na maior parte dos casos, eram engenhocas produtoras de rapadura e aguardente.<sup>41</sup>

Em Mato Grosso, em função da mineração, já no século XVIII proliferaram pequenos engenhos para produção de aguardente e rapadura. O avanço das monções encontrava dificuldades para seu abastecimento e requeria a instalação de unidades para o abastecimento.

Se a necessidade de consumo local dos derivados de cana espalhou engenhocas por todo o Brasil, a grande produção não perdeu o fôlego e, no século XIX, continuou a expandir-se.

O aumento do consumo mundial e as transformações técnicas e sociais dos oitocentos geraram profundas mudanças na produção açucareira. A utilização da beterraba, as novas formas de refino, a disponibilidade de capitais alteraram o

---

<sup>39</sup> Miguel Costa Filho. "Engenhos e Produção de Açúcar em Minas Gerais." *Revista de História da Economia Brasileira*. São Paulo: 1(1):42-50.

<sup>40</sup> Marcelo Magalhães Godoy. *Civilizações da cana-de-açúcar: dois paradigmas de atividades agroaçucareiras no novo mundo, séculos XVI a XIX*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2007. Trabalho apresentado no II Seminário Internacional de História do Açúcar, por mim organizado.

<sup>41</sup> Cf. Roberto Borges Martins. *Growing in silence. The Slave Economy of nineteenth century Minas Gerais, Brazil*. PHD Thesis, USA, 1980, p. 301-306.

mercado e a geografia do açúcar. A máquina a vapor, as novas formas de transporte, as restrições ao tráfico de escravos africanos incentivaram a estruturação de modernas unidades produtivas, configuradas no Engenho Central.

A disseminação do maquinário, a possibilidade de financiamento, o interesse de elites de várias regiões da América em investimentos lucrativos e “modernos” estiveram na base da implantação dessas novas unidades.

No caso do Brasil, a instalação de Engenhos Centrais aponta, sem dúvida, a configuração de uma nova relação sócio-econômica. A política imperial para o assunto objetivava incrementar a modernização do setor, pela atualização técnica e agrícola, mas, principalmente, pela proibição de trabalhadores escravos. Por outro lado, a separação entre lavoura e fábrica, elemento essencial do modelo, encontrou barreiras nas áreas tradicionais. É o caso de Pernambuco, onde o sistema, na forma original, não foi implantado, como estudado por Zóia Vilar Campos<sup>42</sup>. Devido à política dos engenhos centrais, os conflitos entre governo e açucarocracia foram acirrados, visto que, no engenho central, a atividade agrícola deveria ser separada da industrial e a mão-de-obra utilizada deveria ser livre. Assim, o proprietário da terra foi excluído do setor fabril, gerando atrito social na luta pela manutenção do poder. Em áreas onde a produção açucareira era recente, como em São Paulo, como estudado por José Evando Vieira de Melo<sup>43</sup>, o sistema de Engenhos Centrais teve algum êxito,

Se analisarmos outros casos, as diferenças entre as estruturas sócio – produtivas do açúcar confirmam-se. É o caso da Argentina, que conheceu a produção açucareira na etapa colonial, mas em pequena escala, como se praticava na fazenda jesuítica de Lules (atual província de Tucumán). Durante a primeira metade do século XIX, a atividade conheceu um estágio artesanal vinculado ao consumo local desenvolvido, sobretudo, na província de Tucumán e nas áreas de Salta e Jujuy. No entanto, foi com a chegada da estrada de ferro, no último terço do século XIX, que a produção tucumana se modernizou de uma maneira particular, sobre a base do desenvolvimento do mercado interno: o engenho não controlou o estágio agrário que foi propriedade de uma constelação de pequenos produtores, que abasteceram os

<sup>42</sup> Zóia Vilar Campos. *Doce Amargo: Produtores de Açúcar No Processo de Mudança - Pernambuco (1874-1941)*. 1996. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo, . Orientador: Vera Lucia Amaral Ferlini.

<sup>43</sup> José Evando Vieira de Melo. *O Açúcar no Vale do Café: Engenho Central de Lorena, 1881-1901*. São Paulo: Alameda Casa Editorial. 2012( Mestrado sob minha orientação, defendido em 2005). Veja-se também: José Evando Vieira de Melo *O açúcar no café: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910)*, São Paulo: FFLCH/USP, 2010 ( Doutorado sob minha orientação); Sonia Bayão Rodrigues Viana. *O Engenho Central de Quissaman: 1877-1904*. 1981. Tese (Doutorado em História Econômica) - Universidade de São Paulo; Roberta de Barros Meira - *Bangüês, engenhos centrais e usinas: o desenvolvimento da economia açucareira em São Paulo e a sua correlação com as políticas estatais (1875-1941)*. São Paulo: FFLCH/USP, 2007, Dissertação de Mestrado; Roberta de Barros Meira. *A quimera da modernização: do terceiro distrito de engenhos centrais ao complexo agroindustrial sucroalcooleiro paulista, mineiro e fluminense. 1875-1926*. . São Paulo: FFLCH/USP, 2012

trapiches tocados por trabalhadores submetidos a um sistema de coerção, refletido nas leis de “conchavo”. Na área de Salta e Jujuy, o esquema foi diferente, uma vez que havia ali poucas unidades, todas de grande porte, que controlaram as plantações, integrando verticalmente a produção de cana e o processamento de açúcar e recorrendo a um contingente de indígenas, controlados por “conchabadores”<sup>44</sup>.

Nessas regiões a centralidade da cultura açucareira manifestou-se nas estruturas agrárias, nas modalidades de trabalho, em distintos comportamentos empresariais, nas configurações em torno de poder e nas relações econômicas.

### **3. HIPÓTESE**

A pesquisa tem por hipótese a diversidade de formações econômico-sociais geradas pela produção açucareira, em diferentes épocas, em variadas áreas. Objetiva ir além da matriz freyriana, buscando diferentes civilizações do açúcar. Ou seja, para além das semelhanças, serão ressaltadas as diferenças que fundamentaram arranjos sociais, configurações econômicas, soluções produtivas e formas políticas específicas.

### **4. OBJETIVOS**

- . Levantar dados sobre as diferentes formações econômico - sociais ligadas à produção açucareira;
- . Compreender, no contexto da expansão marítima européia e da colonização atlântica, as diferentes dinâmicas açucareiras;
- . Relacionar as diferentes abordagens do tema;
- . Estabelecer padrões de semelhanças entre diversas “civilizações do açúcar”.

### **5. METODOLOGIA**

Esta pesquisa tem por base teórico - metodológica, o enfoque crítico, buscando apreender a totalidade histórica, em sua dimensão temporal, partindo da análise acurada dos dados em sua perspectiva sincrônica, mas acentuando a trama estrutural que lhe dá sentido na perspectiva diacrônica. O estudo caminhará por duas vias - o da análise historiográfica e o da pesquisa empírica. De um lado, discutirá e incorporará

---

<sup>44</sup> Daniel Campi. *Estudios sobre la historia de la industria azucarera argentina*. Jujuy: Universidad Nacional de Jujuy. 1991. Maria Celia Bravo. *Campesinos, azúcar e política: cañeros, acción corporativa y vida política en Tucumán (1895-1930)*. Rosario: Prohistoria Ediciones. 2008. Daniel Campi. *Estudios sobre la historia de la industria azucarera argentina*. Jujuy: Universidad Nacional de Jujuy. 1991. Donna Guy. *Política Azucarera Argentina: Tucumán y la Generación del ochenta*. Tucumán: Editora de la Universidad Nacional de Tucumán. 2009.



criticamente as posições sobre a problemática. De outro, coletará e sistematizará dados sobre os diferentes processos, buscando explicar a totalidade. A análise iconográfica e a literatura constituirão elementos essenciais para identificar as especificidades das diferentes configurações.